

70 Milhões em Medicamentos

Anualmente, a Região gasta cerca de 36 milhões de euros só nas participações dos medicamentos aviados nas farmácias. Um terço do valor vai para três classes de fármacos

Os dados mais recentes mostram que a Região gasta anualmente cerca de 70 milhões em medicamentos. O presidente do Conselho Directivo do Instituto de Administração da Saúde (IASAÚDE), Herberto Jesus esclarece que pouco mais de metade desse valor global (cerca de 36 milhões) é o valor despendido nas participações dos medicamentos que são aviados nas farmácias da comunidade (o valor restante, refere, é o valor gasto pela farmácia hospitalar).

E se por um lado, explica, no mercado hospitalar, tem havido um acréscimo nos custos, sobretudo devido à cada vez maior utilização dos chamados medicamentos inovadores, ao nível do mercado do ambulatório, os valores têm se mantido estáveis. Porém, como recorda, há que ter em conta que com o envelhecimento da população, há um aumento directo de um aumento de prescrição de uma série de medicamentos, sobretudo relacionados com doenças crónicas.

Essa é já uma realidade na análise ao mercado mensal do ambulatório. Actualmente, os três tipos de medicamentos mais prescritos e aviados nas farmácias da Região são os anti-diabéticos orais, os antipsicóticos e os anticoagulantes, diz Herberto Jesus. Um terço do valor despendido em participações pelo IASAÚDE é gasto exactamente com esses fármacos, adianta.

“Olhando de uma maneira muito fria para este quadro, podemos dizer que a diabetes é uma doença crónica, os anticoagulantes são utilizados numa série de patologias e as alterações psiquiátricas são também cada vez mais frequentes. Está aqui o peso da doença crónica”, explica o presidente do Conselho Directivo do IASAÚDE.

O responsável acrescenta ainda que os dados que estão disponíveis revelam que 43% dos medicamentos comparticipados são prescritos no âmbito de cuidados de saúde privados.

Quota de genéricos mantém-se nos 40%

Dentro do mercado do ambulatório há uma faixa importante dos medicamentos que é a dos genéricos. Actualmente, a quota de mercado da Região neste âmbito é de 40%, um valor que se mantém estável nos últimos anos.

Embora a realidade regional hoje em dia já esteja mais próxima do que é a quota de mercado de genéricos ao nível nacional (48%) Herberto Jesus diz que o objectivo ao nível regional mantém-se o de aumentar para os 50% nos próximos tempos, mas admite que não é fácil, até porque há muitos medicamentos que ainda não têm genéricos. De qualquer modo, olhando apenas os grupos farmacoterapêuticos em que existem medicamentos genéricos, a Região tem já uma quota de 50%. Mas isso não é suficiente.

Aumentar, no âmbito do mercado global para 50% “permitiria que a Região poupasse nos custos com as participações e alocasse recursos para outras áreas que também são muito importantes, o que permitiria tornar o sistema mais sustentável”, explica.

Sobre os medicamentos genéricos que são hoje mais prescritos, Herberto Jesus refere que são os antilipídicos (usados no tratamento de colesterol e triglicéridos), os antidepressivos (fármacos para tratar transtornos depressivos), os ansiolíticos (utilizados para diminuir os estados de tensão e ansiedade) e sedativos/hipnóticos (pos-

suem a capacidade de produzir sedação ou estimular o sono).

Via-verde do medicamento activada em 22% das farmácias

Mas o mercado do medicamento ao nível regional não se faz apenas de custos. O acesso ao medicamento é um aspecto fundamental, defende, daí que Herberto Jesus afirme que no que se refere a este mercado, a implementação da via-verde do Medicamento na Região foi “um marco histórico”.

Com base no protocolo oficializado em Abril último, entre IASAÚDE, INFARMED, Associação Nacional de Farmácias, Groquifar – Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos, a AFP e a Apifarma, quando certo fármaco que estiver prescrito faltar nas farmácias da Região, ao abrigo da Via Verde do Medicamento o doente recebe o mesmo no tempo máximo de 24 horas.

“A partir de Junho a via verde já foi activada em diversas farmácias”, disse o responsável. “22% das farmácias da Região já usaram este mecanismo e 78% das encomendas foram parcialmente satisfeitas. Ou seja, assim temos mais um mecanismo para ter maior acessibilidade aos fármacos”, sublinha.

Unidade de Farmacovigilância montada até ao final do ano

Ainda no âmbito do relacionamento existente entre IASAÚDE e INFARMED, e porque as autoridades regionais de saúde entendem ser fundamental saber o que acontece aquando da toma do medicamento (efeitos secundários) está já em preparação a instalação na Madeira de uma Unidade de Farmacovigilância, com as especificidades regionais. “Essa unidade corresponde a um outro sector em que temos de ac-

tuar, que é a de ter um retrato dos efeitos adversos do medicamento na Região”, diz Herberto Jesus.

A preparação para avançar com esta já começou há algum tempo, mas não é algo que se concretize de um dia para outro. É preciso formação específica na área, recursos humanos e sempre um trabalho conjunto com o INFARMED. “O nosso desejo é que no último trimestre deste ano consigamos ter a estrutura montada”, diz o presidente do IASAÚDE.

Depois disso, as autoridades de saúde poderão ter uma noção mais real do que se está a passar em termos da toma da medicação.

Porém, este será um processo longo para o qual a colaboração de todos (médicos prescritores e utentes) será necessária, alerta desde já Herberto Jesus. De qualquer modo, a instalação da Unidade de Farmacovigilância já deverá ficar concluída este ano.

Acto de responsabilidade social mútua

Acima de tudo, em todo este processo, Herberto Jesus faz questão de vincar que o acto de prescrição de medicamentos é sempre um acto de responsabilidade social mútua: para quem prescreve e para quem recebe e vai tomar os medicamentos.

“Quem prescreve tem de prescrever o que é correcto. Mas também quem recebe o fármaco, sabendo que na Região temos um processo demográfico de grande envelhecimento e que depois dos 65 anos a carga de doença é cada vez maior, temos de sensibilizar as pessoas para o facto de que quando começam a tomar um medicamento não podem continuar a ter comportamentos de risco”, diz e exemplifica: “Quando tomo um medicamento para a hipertensão, não é para fazer uma alimentação com mais sal. É preciso as pessoas aju-

darem, porque a única maneira de nós conseguirmos manter o sistema sustentável é usarmos o dinheiro público de uma forma correcta”.

Por isso, o presidente do Conselho Directivo do IASAÚDE ressalva: “a boa gestão também deverá ser de quem recebe o medicamento”.

É nesse sentido que continuam a ser preparadas campanhas de sensibilização e de educação para a saúde na área, à semelhança do que já foi feito para os medicamentos genéricos. Até ao final do ano deverá haver novidades a esse nível, avança ainda o responsável.

“O nosso estado natural é ser saudável e não podemos inculir na população uma cultura de doença. Se temos doença e fármacos para tratar, temos de mudar comportamentos para que os medicamentos ajudem as pessoas a ser mais saudáveis”, finaliza.

TOP 3 NAS FARMÁCIAS

ANTIDIABÉTICOS ORAIS

■ **O tratamento fundamental da diabetes tipo 2 é uma alimentação correcta e equilibrada e o exercício físico. Se depois de uns meses estas medidas não forem suficientes e as suas análises ao sangue derem uma hemoglobina glicosilada superior a 7%, o médico geralmente opta por prescrever comprimidos (antidiabéticos orais) para reduzir o açúcar. Actualmente existem 6 famílias de medicamentos para tratar a diabetes, ainda que haja muitas marcas comerciais.**

ANTIPSIÓTICOS

■ **Fármacos utilizados no tratamento dos transtornos psicóticos onde se incluem: a esquizofrenia, transtorno psicótico induzido por drogas (anfetaminas, cocaína, levodopa, apomorfina e bromocriptina...), distúrbio afectivo bipolar (síndrome maniaco-depressiva), transtornos cognitivos, Alzheimer, etc.**

ANTICOAGULANTES

■ **Medicamentos que impedem a formação de coágulos no sangue, porque bloqueiam a acção de substâncias que fazem a coagulação. Os anticoagulantes permitem que o sangue se mantenha sempre líquido dentro dos vasos e possa circular livremente, sendo recomendados para pessoas que sofreram doenças provocadas por coágulos ou que tenham maior risco de as desenvolver.**